

ESTADO DE SÃO PAULO

9 SET 1967

Sobreviverá a Nova República? Brasil.

JOÃO CARLOS GONÇALVES
Caminha

Em maio de 1984 o autor destas linhas escreveu um artigo intitulado "As raízes e os riscos da crise brasileira", manifestando a sua preocupação quanto ao futuro do sistema democrático no Brasil. Na época, a inflação já atingia o inquietante nível de uns 10% ao mês sem tendência para diminuir.

Transcrevo algumas frases do referido artigo: "os sistemas políticos não amparados pela força da tradição raramente sobrevivem a grandes catástrofes militares ou econômicas"; "a História não registra muitos casos de sistemas democráticos consolidados ao tropel da inflação"; "a inflação é a chaga por onde se tem escondido a melhor parte do fruto do trabalho dos brasileiros e entrado a infecção que ameaça destruir as energias morais da Nação"; "a grande preocupação com o futuro da democracia está no caso de o governo à instalar-se em 1985 revelar-se incapaz de debelar a inflação"; "a inflação constitui o elo de ligação da crise econômica à crise social, política e moral atravessada pela Nação brasileira".*

Como é notório, muita coisa aconteceu no Brasil tanto na esfera política como econômica depois que as linhas acima foram escritas há pouco mais de três anos. Nasceu a chamada "Nova República" sob o espólio dos rojões da esperança de todo um povo ansioso por liberdade, ordem, progresso e segurança. Foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte. Um novo governo instalou-se para administrar a coisa pública durante o período de transição para a futura ordem democrática.

Decorridos dois anos e alguns meses de "Nova República", não se pode afirmar, infelizmente, que a consolidação da democracia no Brasil esteja em rumo adequado e seguro. Conforme temido, o governo inaugurado em 1985 revelou-se, até o presente, totalmente incapaz de conduzir com eficiência a luta contra a inflação. Concorreu para

o lamentável resultado, preponderantemente, o fato de toda atividade política desenvolvida no Brasil em nível federal, estadual e municipal ter tido um cunho imediatista, traduzido na distribuição de cargos a políticos sem as necessárias habilidades técnicas, na concessão de favores tzaristas a amigos, na avassaladora ampliação de empreguismo público e na realização de obras com efeitos eleitorais. A demagógica opção pelos pobres e o patético "Não à Recessão" equivaleram na prática a um sonoro e desastroso "Sim à Inflação". Ora, historicamente, a inflação só tem duas causas básicas: guerra e falta de seriedade política. Políticos que chegam à posição de se fazer ouvir na condução da coisa pública e que perante uma inflação de 10% ao mês não ficam alarmados, nem se dispõem a enfrentá-la com todo o rigor, o mais cedo possível, podem merecer muitos qualificativos, inclusive de "o oportunista inteligente", mas jamais o de "sério".

O que se seguiu foi uma decorrência lógica e inevitável ao "Sim à Inflação"; o descontrole financeiro do governo federal, a falência dos estados e dos municípios, a insolvência dos bancos oficiais, as estrepitosas das empresas estatais, o caducar de todos os planejamentos, a liquidação das reservas cambiais, a retração dos investimentos públicos e privados, a falência dos pequenos empresários, em suma o comprometimento econômico da Nação. Da falta de coragem política coletiva em se enfrentar a inflação nas suas causas reais resultou a adesão e aceitação do Plano Cruzado.

Segundo Winston Churchill, em tempo de guerra "o pior erro na liderança de um povo é dar-lhe falsas esperanças que logo venham a desaparecer" (1). Com o Plano Cruzado o governo deu, em tempo de paz, uma falsa esperança. Depois de alguns meses de consumo estimulado artificialmente através do congelamento de preços, o mar de papel moeda represado estourou as barreiras levantadas pelos economistas-alquimistas no poder. Repentinamente o sonho

de ver o ar transformar-se em ouro na hora de comprar "filet mingon" de boi engordado nas campinas da Normandia, acabou deixando a todos frustrados nas suas expectativas. O papel moeda represado e largado afogou em dívidas os que haviam cometido a imprudência de acreditar nas afirmativas dos homens do governo. Consumou-se o destroçar dos orçamentos públicos e privados.

Ficou claro para o povo depois do acontecido, que o congelamento de preços sem congelamento das emissões de papel moeda, fora apenas mais uma experiência econômica e uma esperteza política digna de figurarem, moralmente, ao lado da emissão de cheque sem fundo. Agora pouco importa saber se a principal causa do desastre foi despreparo intelectual dos governantes, a fantasia de economistas sem compromissos com as quatro operações da aritmética elementar, ou a pressão de políticos inescrupulosos, ávidos por votos em ano de eleição. Passou a faltar o que é mais importante na luta contra a inflação: confiança do povo no governo, credibilidade externa do País, liderança e articulação política.

Nessas condições não é de se estranhar o ceticismo com que o plano econômico subsequente foi recebido pela opinião pública, a despeito de seus méritos. A realidade do momento é, pois, a Nova República arrastando o peso morto de um governo desacreditado externa e internamente e a de uma Nação servida por uma comunidade política que prefere ignorar sua responsabilidade pelo lodaçal em que se atolou o Estado. Refugiou-se a comunidade no cultivo da arte de destilar a garapa da demagogia misturado com o bagaço da ignorância e o suco da erudição na expectativa de assim produzir uma poção milagrosa chamada "Constituição", capaz de livrar o Brasil de todos os seus males presentes e futuros, congénitos ou adquiridos.

Como se sabe "o problema de determinar que Constituição convém a um povo é estudado a milhares de anos e nunca foi

completamente resolvido" (2).

Os cidadãos convocados para a elaboração da sexta constituição republicana do Brasil preferiram resolver o problema juntando num grande monte tudo o que se pensa no Mundo sobre o assunto para dele, em seguida, extraír e burlar o que fosse conveniente à feitura de um novo Brasil político, econômico e cultural. Equivale isso dizer que a Constituição atual iniciou seus trabalhos partindo do zero; mas com a intenção de chegar ao infinito. O resultado é que se encontra atualmente perplexa, olhando para o relatório, enquanto procura no monte, com pressa, o que sirva à compilação de um texto constitucional. E enquanto alguns de seus membros, com sua decídua, paralisam os investimentos privados, outros fazem o capital estrangeiro procurar outras plagas. Ainda outros procuram conferir laurel, pesados de promoções e de cruzados aos militares afastados do serviço ativo em consequência dos acontecimentos políticos de 1964. Pretendem esses constituintes ver os militares que passaram nesses vinte anos pelos rigores seletivos normais da carreira, fazendo continência para os que compactuam com as ações subversivas articuladas nos altos escalões da República Populista implodida. (Não serão, porém, suficientemente imprudentes em pisar a bordo de aviões ou submarinos tripulados pelos seus beneficiários.)

Não tendo até agora a Nova República reagido satisfatoriamente a nenhum dos grandes problemas com que se depara a Nação, tem ela vivido de natural anseio do povo de não ficar submetido a um regime político de arbitrio. A grande questão é saber por quanto tempo mais a aversão ao autoritarismo será capaz de sopitar o desencanto e a indignação nacional com o despotério que, em nome da Democracia, vem paralisando as forças vivas da Nação e a fazendo derivar para o caos. Muitos ainda se lembram no Brasil de que a despeito de seus pecados (e maior dos quais, no entender dos radicais, foi o da concessão de

"revanche" aos afugentados do poder em 1964) e último sistema político autoritário conseguiu uma coisa no seu segundo dia de existência, que a Nova República não conseguiu em dois anos, nem parece estar próxima de conseguir: descobrir nos seus quadros alguém com estatura de estadista. Nem todos estão esquecidos no Brasil de que, em 1964, o presidente Castelo Branco quebrou, em poucos meses, a inflação herdada da República Populista. Valeu-se o presidente de um preparo intelectual que o livrava da sedução de planos milagrosos ou mirabolantes de uma liderança que precludia o convívio com os médiocres e os charlatões e da superioridade moral desfrutada pelos que não ambicionam perpetuar-se na ribalta política. Assim fez a inflação curvar-se sem declarar a nulidade da lei da oferta e da procura dentro das fronteiras do Brasil. E por não ter agredido a inteligência de ninguém d' quem e d' alem mar, instalou a confiança que serviu de mola ao progresso econômico do País durante vários lustres. Bem diverso tem sido a atuação da Nova República. Na verdade, que confiança pode existir quando se quer investimento sem lucro, riqueza sem produtividade, produtividade com tecnologia obsoleta e juros baixos ao trombetear da apologia ao calote? O que se vê nos dias de hoje faz compreender os vários desfalcamentos da democracia registrados por nossa História. Torna compreensível a força dos caudilhos e caciques extraviados na civilização ocidental. Faz entender a razão de ser de o vocabulo "político" ter conotação pejorativa no português falado no Brasil. Dai por que são cada vez mais numerosos os que vêem o Brasil sendo empurrado pelos desacertos da Nova República na direção de um impasse político mais desastroso do que o de 1963-64. O que se pode acrescentar a respeito é repetir a afirmação de Raymond Aron segundo a qual "a partir de certo grau de desordem todas as sociedades, sãs ou malsãs, reagem" (3). Deve-se admitir que no Brasil de hoje os primeiros sinais dessa reação estão a vista.

Se vai a reação ficar dentro de limites compatíveis com os de um estado democrático é impossível dizer. Numa tumultuada conjunta em que atuam simultaneamente tantos fatores e natureza diversas, jamais se sabe como se influenciarão eles reciprocamente. Muito menos se pode prever um encadeamento de fatos em que o aleatório está sempre presente. É patente, porém, que o grau de estabilidade de um sistema político é dado pela relação entre a proporção da energia intrínseca da Nação susceptível de controle pela ordem vigente, e a proporção da energia apta a ser captada pela contestação. Quanto maior a desconfiança em relação dos objetivos, intenções e capacidades dos que integram a comunidade política, quanto maior a insegurança provocada pela desorganização do Estado, maior a probabilidade de ser cuspida a fidelidade aos princípios democráticos. As trincheiras que defendem os palácios da democracia costumam ficar vazias quando no interior dos mesmos, os arranjos ditados pela demagogia e pelo temor ao ulular da patuléia, passam a moldar o futuro da Nação. E o que pode acontecer se essas trincheiras forem encontradas desocupadas na hora da comparação de poderes? Evidentemente a anarquia. No entender de Bertrand Russell, "depois da anarquia o primeiro passo natural é o despotismo". (4)

Referências

- 1- Winston Churchill - A Segunda Guerra Mundial
- 4º volume - 1ª parte - página 58 - Cia. Ed. Nacional - 1951
- 2- Raymond Aron - Paz e Guerra entre as Nações
- 3- Idem - O Opio dos Intelectuais
- 4- Bertrand Russel - O Poder. Uma nova Social